

A Povoação de Albuquerque: Vida Urbana e Cotidiana na Fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso (1772-1789)

Autora: Rosangela Aparecida de Souza Reis Oliva*

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Fátima Costa

***Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História da UFMT**

O texto que ora apresento visa analisar a situação da Povoação de Albuquerque - atual cidade de Corumbá – MS, dentro do recorte histórico de 1772-1789, período colonial quando, por determinação do 4º Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ocorreu a fundação, em 1778.

Este estudo privilegiará como fonte de pesquisa os manuscritos e fontes impressas que retratam a Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, especialmente durante o governo do 4º capitão general, a saber Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Busca-se apreender por estes escritos as determinações da coroa lusa através do governador, para povoação de Albuquerque, no período de sua formação, buscando nessas leituras observar o cotidiano sociocultural desse espaço urbano.

As fontes documentais manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino também foram consultadas. Tais documentos estão guardados no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/ NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso e no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, que mapeiam a ação governamental portuguesa que determinavam a vida local.

A política administrativa da Coroa Portuguesa consistiu em fundar povoados. De acordo com Otávio Canavarros *são marcos políticos*⁰, para que a região não fosse abandonada. A disputa da posse da terra entre Portugal e Espanha, a Oeste da América portuguesa de fronteiras indefinidas fez com que fosse *montado um território que servisse de zona protetora para as minas de ouro D'EL Rey e simultaneamente facilitasse a expansão territorial*¹.

Assim, a Capitania de Mato Grosso, que fora desmembrada de São Paulo pelo Alvará de 09 de maio de 1748, teve como Capital Vila Bela da Santíssima Trindade e foi usada pela Metrópole para assegurar estrategicamente o território.

Na Carta-Instrutiva, ao Capitão-General D. Antonio Rolim de Moura Tavares, a rainha D. Mariana Vitória percebe-se a preocupação com as terras da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, devido à proximidade com as missões espanholas de Chiquitos e dos Moxos. Nela, a 19 de janeiro de 1749, assim expressou a rainha:

Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo (. . .) do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila e concedi diversos privilégios e inserções para convidar a gente que ali quizesse ir estabelecer-se(. . .). Encomendá-los que (. . .) concedereis e, me façam presente quais outras providências serão próprias para o fim proposto de aumentar e fortalecer a povoação daquele território².

Essas instruções dadas ao 1º Governador, D. Rolim de Moura, quando veio para a Capitania de Mato Grosso, foi de que ele não esquecesse de atuar estrategicamente. Após cumprir com as determinações da Coroa, Rolim de Moura escreveu:

. . . depois que aqui cheguei, 12 de janeiro de 1751, mandei ordem para famílias, e oficiais de que há tanta falta nestas

*minas porque os soldados ordinariamente desprendeu tudo quanto venceu nas terras onde assistem o que é certo há de puxar algumas pessoas para a vila, como vendilhões, mercadores e oficiais, pois estes costumam ir aonde podem ter que vender, o que fazer mas o principal motivo foi que fizeram respeito a vila, que como vossa excelência, me adverte, se deve reputar, e tratar como terra fronteira*³.

A criação da povoação de Albuquerque marca a estratégia portuguesa de ocupação no extremo Oeste, de Mato Grosso. Segundo Maria de Fátima Costa: *Dois pousos evoluíram transformando-se em núcleos de povoamento sistemático: Camapuã, às margens do rio do mesmo nome fora dos limites pantaneiros e Albuquerque, às margens do Paraguai*⁴.

Como Rolim de Moura, outros governantes que vieram para a Capitania de Mato Grosso deveriam ter visão estratégica militar. Tais governantes tinham objetivos de irradiarem a cultura europeia em terras da América portuguesa, visto que a recém criada capitania fazia fronteira com as terras da Espanha. E habitada por várias etnias indígenas.

Na carta de instrução de Dom Luiz Pinto de Souza para Luiz de Albuquerque, escrita em Vila Bela, em 24 de Dezembro de 1772, pode-se observar a seguinte determinação: *Quanto aos índios Paiaguá e Guaykuru, de certo modo que sejam tratados em tom pacífico, caso contrário devem ser destruídos vigorosamente, promete enviar para semelhante fim dos gêneros que pedir. A região deve ser imediatamente plantada para se manter, auto-eficiente*⁵.

A Povoação de Albuquerque foi fundada para atender a política da Metrópole portuguesa, cujo acordo estabelecido no Tratado de Tordesilhas (1492), desde o início do processo de conquista dos territórios americanos, não estava sendo respeitado. E havendo muitos conflitos entre índios, espanhóis e portugueses por disputas de terra. Fez-se necessário, então, novos acordos para demarcação de fronteiras entre Portugal e Espanha.

Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, decidido a consolidar a posse do território português na América, determinou ao Sargento- Mor Comandante Marcelino Rois Camponês e o Capitão Mor das Conquistas João Leme do Prado que escolhessem um adequado local para a fundação do povoado. Conforme a Ata de Fundação que oficializou o fato:

Auto de Posse e Fundação do Lugar de Albuquerque e Seu Distrito para a Coroa de Portugal.” Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil Settecentos Setenta e oito as vinte um dias do mes de Setembro no dito anno nesta Povoação de Albuquerque situada na margem Occidental do Rio Paraguay em hum assento de Terra que decorre para o Rio abaixo, e dista a mesma formalidade huma Legoa pouco mais ou menos aonde o Sargento Mor Comandante Marcelino Rois Camponês em observancia das Ordens do Il.mo e Ex.mo S.r Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Governador e Capitão General das Capitanias de Matto Grosso e Cuyabá, tendo consigo o Capitão Mor das Conquistas João Leme do Prado, e as pessoas abaixo nomeadas e assinadas, ele dito Sargento Mór Comandante tomou Posse para a Coroa de Portugal mandando levantar huma grande cruz de pau de Ley, Limpar Terreiro, fazer Quartel, e ascender fogo, cassar no matos vezinhos, pescar no Rio, e paccar de huma e outra parte no dito Terreiro dizendo em vozes altas, primeira, Segunda e terceira vez, viva El Rey de Portugal[...].⁶

A criação da Povoação de Albuquerque, em 1778 evidencia a estratégia portuguesa de ocupação no Extremo Oeste da Capitania Mato Grosso. De acordo com as negociações

que deram origem aos tratados de limites: Madri (1750), marcado pelo princípio jurídico do UTI POSSIDETIS, “como possui assim continuas possuindo”, e o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Maria de Fátima Costa, esclareceu sobre as demarcações :

Ao iniciarem seus trabalhos, estes comissários dispunham das informações deixadas pelos demarcadores que, em 1754, fixaram o Marco de Mármore na barra do Jauru. Em 1780 estas observações foram passadas à CARTA GEOGRÁFICA DO RIO PARAGUAI desde as suas CABECEIRAS ATÉ A LATITUDE DE 28 GRAUS, realizado pelo capitão João Pedro da Silveira (...). O detalhamento geográfico deste mapa é impressionante. A definir o território está a linha fronteira, percorrendo seu traçado é possível encontrar as novas povoações, dentre outras, a de Albuquerque (Corumbá), São Pedro Del Rei (Poconé) e do Presídio de Nova Coimbra, todas recentemente fundadas pelos portugueses⁷.

O lusitano Luiz de Albuquerque executou ordens vindas de Lisboa. Com visão estratégica, este governante criou povoados e vilas . Uma delas é a Vila Maria do Paraguai (1778), hoje Cáceres, a Povoação Regular de Casal Vasco (1783), seguindo todos os padrões de espaço planejado. Além de querer modernizar a vila-capital da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade.

De acordo com Virgílio Correa Filho, *Mais do que simples gestor do aparelhamento de administração revelou-se diplomata consumado de iniciativas próprias, por vezes mais avançado que as minuciosas instruções da Metrópole em defesa do imperialismo lusitano.*⁸

Desde o princípio do governo de Luiz de Albuquerque ficaram claros os objetivos da coroa portuguesa, em consolidar a posse da terra e dominar as nações indígenas, transformando os costumes e práticas dos mesmos.

Albuquerque caracterizou-se como lugar de contatos e de choques culturais entre ameríndios e colonizadores, daí ser fronteira não só geo-militar, mas também como fronteiras culturais e de novas idéias e, acima de tudo, representou o poder metropolitano porque *o ser político nasce na cidade e o espaço urbano é imprescindível para o seu desenvolvimento*⁹.

A idéia de ‘boa policia’ incluía civilizar a população da colônia, especialmente os indígenas, que deveriam sair da situação de barbárie para tornarem-se instrumentos da colonização. Segundo, Lilia Galetti:

*A domesticação do sertão e de seus habitantes vista como o efetivo estabelecimento e manutenção de uma sociedade ordenada, capaz de contrapor a barbárie que a rodeava, impunha-se como uma tarefa tão crucial quanto aquelas destinadas à edificação material dos marcos fronteirços, melhores era parte essencial do projeto expansionista e civilizador do império português*¹⁰.

Povoados, vilas e cidades planejadas do século XVIII desmistificam a idéia de que não houve planejamento na América portuguesa. A pesquisadora Roberta M. Delson afirmou que, [...] *o programa de construção de cidades do século XVIII, não constituía apenas uma prova de conhecimento, rigoroso das técnicas arquitetônicas das épocas. Por parte dos administradores coloniais, mas revelava uma mudança de atitudes da Coroa para com o Brasil*¹¹.

Os povoados, as vilas e as cidades planejadas representaram a organização administrativa de Portugal na América, para consolidar a posse da terra e dos habitantes. Esses espaços urbanos eram planejados seguindo um padrão de racionalidade europeizada, *no final do século XVIII, as cidades planejadas do Brasil, seguem o modelo europeu de paisagismo, árvores são plantadas, alamedas que davam impressão de ordem e uniformidade*¹².

A Povoação de Albuquerque (hoje Corumbá) guarda em si especificidades singulares por ser região fronteira e terra que teve significativo número de índios - Payagua (Canoeiros) e Guaikuru (cavaleiros). Laura de Mello e Souza definiu o início da povoação:

Já no fim do século [XVIII] ,em 1778, surgiu na margem direita do rio Paraguai, o pouso de Albuquerque onde se desenvolveria a cidade Corumbá. Era constituída por grande pátio fechado, com casas em torno, formando ,quatro lances e um portão em frente ao rio' roças de milho e feijão que bastavam para os duzentos moradores e mais os navegantes que pernoitavam. Muitos dos pousos destinados originalmente a agasalhar tropas vindas do Sul também depois se tornaram vilas¹³.

Para compreender melhor o cotidiano dos habitantes de Albuquerque, durante o governo de Pereira e Cáceres(1772-1789), é preciso fazer análise da política administrativa da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso.

Estudar a Povoação de Albuquerque é tentar reconstituir um passado no tempo presente, percebendo, no seu processo, os entrelaces culturais desse espaço urbano planejado setecentista.

Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o 4º capitão general, seguindo as ordens da política lusa para o extremo oeste da capitania de Cuiabá e Mato Grosso fundou povoados e vilas, como Albuquerque (Corumbá), com o fim de consolidar a posse da América portuguesa no final do século XVIII. Entretanto, é preciso não somente identificar o conteúdo geopolítico dessa ação, como compreender até que ponto a cultura europeia contribuiu para a chamada “civilização” de indígenas e população negra existente naquele povoado.

Durante o governo de Luiz de Albuquerque houve uma política metropolitana portuguesa para integrar as comunidades indígenas aos hábitos considerados “civilizados” dos portugueses que habitaram a povoação de Albuquerque. Tudo era feito com o objetivo de retirá-los da situação de “barbárie” e “ignorância”.

Por ser região de fronteira era quase inevitável o contato entre os colonos da coroa espanhola com os colonos da coroa portuguesa que habitavam Albuquerque.

Assim os marcos foram estabelecidos. O que possibilita perceber as composições materiais e simbólicos do que se determinou chamar de fronteira.

⁰Otávio Canavarros. **O Poder Metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no extremo Oeste (1727-1752)**. EdUFMT. Cuiabá – MT, 2003, p 11.

¹Otávio Canavarros Idem. *Ibidem*. Op.cit. ,p11.

²Carneiro de Mendonça. **Rio Guaporé e Paraguai. Primeiras Fronteiras definitivas do Brasil**, p.127.

³ Antônio Rolim de Moura. Primeiro Conde de Azambuja. **Correspondências**. Cuiabá: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Imprensa Universitária/ NDIHR(Coleção Documentos Ibéricos). P. 77.

⁴ .Maria de Fátima Costa. Deus e o Diabo em terras molhadas. Revista do Programa de Pós- Graduação em História da UFMT., Vol. I n. 1. Jul-Dez/ 2000-Cuiabá – MT. P. 83

⁵ Carneiro de Mendonça. Idem. *Ibidem* Op. Cit. P.147

⁶ Ata de Fundação da Povoação de Albuquerque. - Codici 01 documento 12- Páginas 49-49v. Arquivo Histórico de Mato Grosso.

⁷ Maria de Fátima Costa. História de um País Inexistente: Pantanal entre os Séculos XVI e XVIII. Estação Liberdade: Kosmos. 1999. São Paulo – SP. p. 219.

⁸ Virgílio Correa Filho. **Luiz de Albuquerque: O Fronteiro Insigno**, p. 10.

⁹ Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (Org.) **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. RJ.Campos, 1997, p.47.

¹⁰ Lyliã da Silva Guedes Galetti. **Nos Confins da Civilização : Sertão, Fronteira e Identidade . Nas Representações sobre Mato Grosso**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo,SP. 2001, p. 73.

¹¹ Roberta M. Delson. **Novas Vilas para o Brasil -Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII** (Tradução e revisão Fernando de Vasconcelos Pinto). Brasília - Df- Editora ALVA – CIORD, p. 1.

¹² Roberta M. Delson. Idem. *Ibidem*. Op.cit, p.9

¹³ .Laura Souza de Mello. **História da Vida Privada no Brasil I.Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. Coleção Fernando Novais. Editora Companhia de Letras, 1997, p. 80.